Ano XVI - Nº 67
Jan / Fev / Mar
2015

Revista do CREA-ES

TÓPICOS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

O CUSTO DE SER ambientalmente correto

As **escolhas** de hoje garantem o **sucesso** do amanhã

MBA IPOG

Posicione-se.

TURMAS CONFIRMADAS PARA 2015

- Projeto, Execução e Controle de Engenharia Elétrica
- Gerenciamento de Obras, Qualidade & Desempenho da Construção
- Gestão de Projetos em Engenharias e Arquitetura
- Auditoria, Avaliações e Perícias da Engenharia
- Master em Arquitetura e Iluminação

APOIO: CREA-ES Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo — SENGE-ES

Valores diferenciados para associados

IPOG | (27) 3224 - 6422 / ipog.edu.br

facebook/GrupoIPOG
twitter.com/IPOG
youtube.com/user/ipogbrasil
linkedin.com/company/ipog
pt.foursquare.com/ipog

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Presidente
Eng. Agrônomo Helder Carnielli
1º Vice-Presidente
Eng. Mecânico e de Seg. Trab. Fred Rosalém
2º Vice-Presidente
Eng. Agrônomo Álvaro João Bridi
Diretor Administrativo
Eng. Civil José Antônio do Amaral
Diretor Financeiro
Eng. Florestal Simone Coutinho Lacerda
Vice-diretor administrativo
Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
Vice-diretor financeiro
Eng. Civil Ana Cristina Achá de Estrada Valle

Câmaras
Câmara Especializada de Engenharia Civil
Eng. Civil Juliano Curto de Barros
Câmara Especializada de Agronomia
Eng. Agrônomo José Roberto Silva Hernandes
Câmara Especializada de Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas
Eng. Química Simone Baía Pereira
Câmara Especializada de Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Henrique Germano Zimmer
Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho
Eng. de Segurança do Trabalho Rogério do Nascimento Ramos
Câmara Especializada de Engenharia Industrial
Eng. Mecânico Oswaldo Paiva Almeida Filho

Atendimento do Crea-ES
Vitória: (27) 3134-0000
Aracruz: (27) 3256-4464
Cachoeiro de Itapemirim: (28) 3522-2373
Colatina: (27) 3721-0657
Guarapari: (27) 3362-0401
Linhares: (27) 3264-1781
São Mateus: (27) 3763-5929
Vila Velha: (27) 3239-3119

TÓPICOS

Superintendente
Eng. Agrônomo Wolmar Roque Loss
Consultora de Comunicação
Jornalista Alcione Vazzoler
Reportagem
Aleandro Coelho, Fernanda Gomes, Lohanna Mendes, Lorena Zanon, Lucano Brito, Lui Machado, Mariana Guedes e Mike Figueiredo
Equipe de Comunicação do Crea-ES
Aleandro Coelho, Ana Paula Borges e Rafael Diniz
Fotos
Gustavo Louzada e equipe de Comunicação do Crea-ES.
Projeto Gráfico
Tom Dias
Edição
Priscila Norbim
Editoração Eletrônica
lá! Comunicação/ Danillo Carvalho
Impressão Posigraf
Tiragem 23.000 exemplares

Revista do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-662
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-1812
creaes@creaes.org.br - www.creaes.org.br

Nesta Edição

O CUSTO DE SER AMBIENTALMENTE CORRETO 14

Editorial 04
Institucional 05
Coluna Crea Orienta 09
Investimentos não podem parar 10
Duas mulheres à frente da nova Câmara de Engenharia Química, Geologia e Minas 22
Crea e agentes atentos à fiscalização em obras e instituições de ensino 23
Projeto de lei propõe normas para laudo de inspeção predial 24
Resolução da Aneel propõe que concessionárias realizem serviços de engenharia 25
Contaminação por agrotóxicos começa por falta de assistência técnica 26
Crea leva propostas ao 4º Encontro de Líderes Representantes do Confea 27
Empresas e profissionais envolvidos em corrupção devem punidos 28
Momento técnico – Propriedades rurais: presença de engenheiro agrônomo deve ser obrigatória 30

55 ANOS
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

O Crea-ES se mostra para sociedade

O papel do Crea é orientar e fiscalizar o exercício das profissões da área tecnológica, mas queremos ir além. Nossa meta é estar presente na vida de nossos profissionais e cada vez mais próximo da sociedade. Nesta gestão hasteamos a bandeira "O Crea-ES que queremos" e com ela estamos nos mostrando mais, propondo novos debates e implantando mais ações.

Foi seguindo este ponto de vista que nos posicionamos no episódio da explosão do navio plataforma FPSO Cidade São Mateus. As perdas foram irreparáveis, perdemos vidas – que são insubstituíveis, e nos deparamos com um universo que está obscuro para a sociedade, as operações no mar.

O Crea-ES não tem poder de polícia e não pode obrigar uma fiscalização. Mais que isso, não possui aparato logístico para fiscalizações de tamanho porte. Mas era necessário alertar ao Espírito Santo e ao Brasil que aquele universo deve ser olhado mais de perto. Temos que saber quem são os profissionais que estão em alto mar, os responsáveis técnicos pelas ações e que empresas atuam em nossa costa. Se há estrangeiros, se estão legalizados no Ministério do Trabalho. Isso é defender a profissão, é defender a soberania nacional.

E não estamos de olhos fechados para os vergonhosos escândalos de corrupção no Brasil. Se precisarmos cortar na própria carne, o faremos. Por mais duro que seja, devemos ser implacáveis. Se há desvios através de obras públicas, em que nossos profissionais foram comprovadamente coniventes, vamos tomar todas as providências cabíveis para penalizá-los.

Pugnamos pela lisura e transparência de gestão e vamos levar essa bandeira para a alçada federal. Nosso corpo de Conselheiros aprovou em plenária um Manifesto contra a Corrupção, que levaremos ao Confea. Este material pode ser conferido nesta edição da Tópicos.

Estamos habilitados pela nossa história de atuação e credibilidade no Espírito Santo para impor posturas como as mencionadas, de defesa, denúncia e advertência.

E por tudo isso, devemos celebrar e reverenciar nossa história. Neste ano de aniversário de 55 anos e realização da Plenária 1000, estamos preparando um conjunto de comemorações em todo o Espírito Santo. Então fique atento aos nossos canais de comunicação e participe também de nossas celebrações, pois você faz parte delas.

Boa Leitura!

Eng. Agrônomo Helder Carnielli
Presidente do Crea-ES

Coluna Crea em foco

***Profissionais de nível médio e superior formados neste semestre terão 90% de desconto no pagamento de seu registro.**

***Valorize sua entidade de origem na hora de emitir sua ART.**

Atendimentos presenciais em Vitória: 4.283*
Total de atendimentos presenciais nas Inspetorias de Vila Velha, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim,Colatina, Linhares, Aracruz e São Mateus: 5.804 *

ARTs emitidas: 33.921 *
Profissionais habilitados: 33.171
Empresas habilitadas: 6.609
Fiscalizações: 4.838 **

*Números correspondentes aos meses de dezembro/2014 - Jan e Fev de 2015;

** Número correspondente aos meses de Jan e Fev de 2015.

Crea-ES leva atendimento ao interior do ES

O Crea-ES colocou o pé na estrada e voltou a percorrer municípios do interior capixaba com o Programa Crea Itinerante. O objetivo é levar atendimento aos profissionais das regiões onde não há inspetorias do Conselho. Os serviços oferecidos pela Unidade Móvel do Crea-ES são: protocolo geral; obtenção de informações e orientações; registro de pessoa física e jurídica; atualização e manutenção de cadastro de profissional e de empresa; entre outros. Os municípios de Santa Maria de Jetibá, Afonso Cláudio, Marataízes e São Gabriel da Palha já receberam a visita da Instituição. Nos dias 29 e 30 de abril será a vez de Conceição da Barra receber o projeto itinerante.

A rota termina com atendimento em Conceição da Barra

Inspetorias têm novos representantes

O Crea-ES realizou durante o mês de março a escolha dos novos inspetores que representarão a Instituição nos municípios do interior capixaba. Ao todo, mais de 100 profissionais foram selecionados para atuar até 2017. Os inspetores têm dentre diferentes atribuições a de fiscalizar e orientar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Além disso, o exercício da função de inspetor é honorífico e deve ser ocupado por profissional legalmente habilitado e em dia com as atividades perante o Sistema. Para conferir a relação dos novos inspetores, acesse o nosso site, www.creaes.org.br.

Mais de 100 inspetores foram selecionados para atuar até 2017

Responsável por plataforma presta esclarecimentos

A BW Offshore, empresa responsável pela operação do navio-plataforma FPSO Cidade São Mateus, que explodiu no litoral norte capixaba em fevereiro deste ano se apresentou ao Crea-ES para prestar esclarecimentos. Embora pertencente ao Grupo BW, a empresa que atuava na plataforma era a PPB do Brasil Serviços Marítimos, que é registrada no Conselho, mas possui inconformidades, como ausência da listagem do corpo técnico responsável por operar os serviços no navio, não indicação de responsável técnico por cada serviço que é executado e, consequentemente, a ausência de emissão de ART de cargo e função, entre outras irregularidades. A empresa foi notificada e deve se adequar.

Criação de ato normativo garantirá mais fiscalização

Fiscalização mais rigorosa nas propriedades rurais do ES

A Câmara Especializada de Agronomia (Ceagro) do Crea-ES vai intensificar a fiscalização nas propriedades rurais do Espírito Santo, através da elaboração de um ato normativo. A proposta inicial é que os grandes imóveis tenham o acompanhamento individual de um profissional, já nas pequenas propriedades, o trabalho deverá ser feito juntamente com associações de produtores ou cooperativas, que disponibilizarão os serviços técnicos. O objetivo é garantir maior segurança ao produtor, já que ele terá um profissional capacitado para orientá-lo nas atividades da agronomia

Além disso, outra medida já iniciada pelo Crea-ES no fim do ano passado é adoção de procedimentos que aumentem a eficiência da fiscalização profissional nas atividades que utilizam recursos hídricos, competentes às áreas de atuação do Conselho. Em dezembro de 2014 o Crea-ES e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para dar início às ações.

Frente Parlamentar da Engenharia e Agronomia

Para defender os ideais da Engenharia e Agronomia, o Crea-ES mobilizou no dia 27 de março políticos para formarem a Frente Parlamentar capixaba, com o objetivo de aprovar os 43 Projetos de Leis do setor que se encontram em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. O evento ocorreu no Hotel Golden Tulip, em Vitória, e reuniu a vice-presidente do Confea, Ana Constatina Oliveira Sarmento de Azevedo, presidente da Mútua, Cláudio Calheiros, presidentes dos Creas do Brasil, deputados federais estaduais, vereadores e demais autoridades.

Na ocasião, o presidente do Crea-ES, Eng. Agrônomo Helder Carnielli, recebeu diploma de posse para a gestão 2015/2017, pelas mãos da vice-presidente do Confea, que elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Conselho capixaba.

Crea-ES define coordenadores dos novos GTs

Os coordenadores dos grupos de trabalhos (GTs) do Crea-ES já foram definidos para o exercício de 2015. Renovados, os GTs de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Engenharia E Agronomia Pública; Valorização Profissional; Tecnólogos; e Tecnologia e Desenvolvimento da Agricultura Capixaba já estão a todo vapor.

Os GTs têm por finalidade subsidiar os órgãos da estrutura básica da Instituição, ou seja, o plenário, as câmaras especializadas, a presidência, a diretoria e as inspetorias. Além disso, os membros realizam estudos, análises e apresentam soluções para problemas internos específicos do Sistema Confea/Crea, ou externos, com abrangência nas áreas técnicas, econômicas, sociais ou públicas.

Os seis GTs já se reúnem para discutir temáticas da engenharia e agronomia

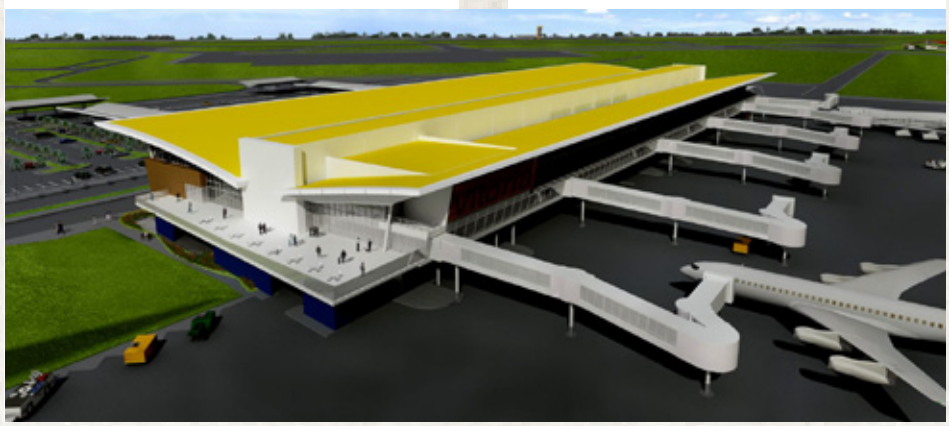
Crea-ES assina convênio com Iema

O Crea-ES assinou um Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) com o objetivo de aumentar a responsabilidade do profissional que assina as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs). A intenção é que seja criado um ato normativo com todos os conselhos do Espírito Santo, a fim de agilizar o procedimento de análise dos processos no Iema. Com isso, o Crea-ES enviará propostas, lista de atribuições e atividades profissionais que constituirão a normativa do Instituto. Além disso, o Conselho solicitou participação nas câmaras de grandes projetos, como a de Qualidade do Ar, de Política Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável.

Empreiteira que fará obras do aeroporto busca regularização no Crea-ES

A JL Construções, empreiteira paranaense que lidera o novo consórcio responsável pelos serviços de ampliação do aeroporto de Vitória, se reuniu com os gerentes de Atendimento e Fiscalização do Crea-ES, Eng. Civil José Maria Cola dos Santos e Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira, respectivamente, para buscar orientações de procedimentos para a regularização da empresa no Espírito Santo, antes do início das obras, previsto para o mês de abril.

O presidente do Conselho, Eng. Agrônomo Helder Carnielli, deu boas vindas ao consórcio e sugeriu à gerente da empresa, Carla Onishi, que a partir da regularização no Crea-ES, a empresa viabilize uma visita técnica para os conselheiros da Instituição ao canteiro de obras, após o início dos serviços.



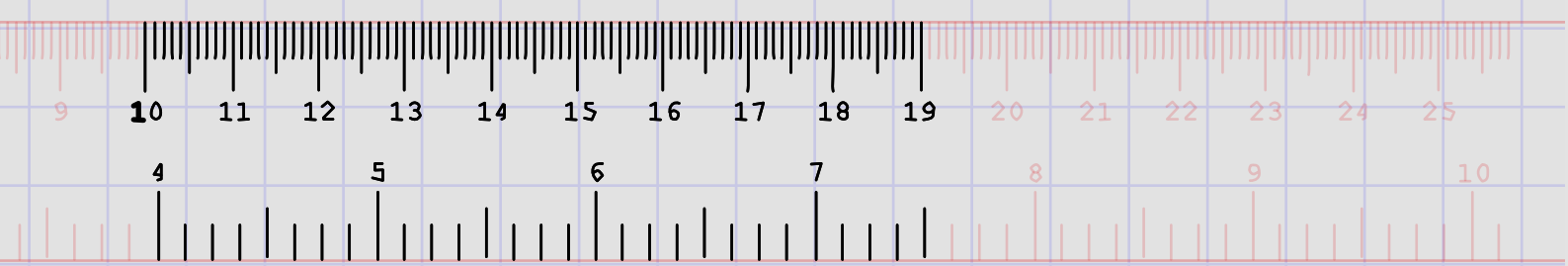
CREA-ES CONTRA CORRUPÇÃO

SE HÁ CORRUPÇÃO VIA OBRAS PÚBLICAS, EMPRESAS E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS DEVEM SER PUNIDOS

O Colegiado de Conselheiros do Crea-ES manifesta total repúdio a qualquer tipo de desvio do bem público e defende que se comprovada a participação de profissionais ou empresas de engenharia em processo de corrupção devem ser exemplarmente punidos.

Dentro de suas funções, o Conselho propõe nacionalmente uma campanha contra a corrupção e em defesa da sociedade.

Leia o manifesto em: www.creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

A importância da ART de Cargo ou Função

É bom deixar claro que por definição a ART de Cargo ou Função é a que registra o vínculo do profissional com a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado para desempenho de cargo ou função técnica.

Toda vez que houver alteração da situação inicial do cargo ou da função é obrigatório o registro de nova ART.

Podemos afirmar que a única finalidade da ART de Cargo ou Função é incluir o profissional no quadro técnico da pessoa jurídica, enquanto que, para formação do acervo técnico profissional pela execução de obra ou prestação de serviço técnico (elaboração de projetos, gerenciamento, coordenação, fiscalização etc.), deve ser feita a ART específica para registro de cada atividade realizada no exercício do cargo ou função.

Logo, a formação do acervo técnico profissional é o conjunto dos registros de ARTs de cada atividade executada durante o desempenho profissional no cargo técnico ou função técnica.

Cabe à pessoa jurídica requerer a inclusão/anotação dos profissionais no seu quadro técnico, e possuir RTs (Responsáveis Técnicos) para cada modalidade da engenharia para execução das atividades das áreas técnicas que constem do objeto do seu contrato social, e ao profissional emitir a ART de Cargo ou Função e à pessoa jurídica efetuar a quitação do seu valor.

Como vimos o que forma o Acervo Técnico são as ARTs de execução de obra ou prestação de serviço e a ART de Cargo ou Função é a que comprova o tempo de atuação profissional com vínculo junto aos órgãos públicos, tais como previdência etc.

Eng. Civil José Maria Cola dos Santos
Gerente de Atendimento

INVESTIMENTOS não podem parar

MESMO COM A ECONOMIA INDO MAL, INVESTIR EM INFRAESTRUTURA CONTINUA SENDO PRIMORDIAL PARA O CRESCIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

A situação da economia brasileira não está fácil e isso não é segredo para ninguém. Com o Produto Interno Bruto crescendo pouco – ou quase nada – em 2014, não há setores na indústria que não estejam sofrendo com os efeitos da crise no país. Com gargalos nos principais pontos de infraestrutura, somados a uma inflação que teima em não baixar para o teto da meta e a um sistema tributário oneroso e arcaico, a indústria perdeu fôlego nos últimos anos, assim como outros setores.

Diante desse cenário, os investimentos se tornam preponderantes para a retomada de um crescimento sustentável a longo prazo. Mas como fazer isso em um momento de crise com receita pública diminuindo? Segundo o presidente do Crea-ES, Eng. Agrônomo Helder Carnielli, a resposta está em ações estratégicas e pontuais, atacando os três grandes entraves do setor industrial em termos de infraestrutura: energia, transportes e logística. "Não é possível pensar em melhorias sociais sem antes solucionar essas questões, pois é dali que sai boa parte da verba da economia", afirma.

Ainda de acordo com Carnielli, a solução é aumentar o diálogo com instituições de ensino nas áreas de tecnologia e engenharia e aprofundar as qualificações para formar profissionais aptos a equacionar esse problema. "Temos 32 mil profissionais de engenharia se envolvendo como autônomos e que estão credenciados a dar contribuições para a retomada de investimentos na formulação dessas soluções, na teoria e na prática", garante.

"É preciso conhecer a parte financeira primeiro, para depois partir para investimentos pontuais"

Eng. Civil
Rodrigo Américo Pereira

Segundo o secretário de Desenvolvimento do Estado, José Eduardo Azevedo, será necessário usar a criatividade para a implementação de investimentos necessários à melhoria da competitividade. "Uma das formas é construir parcerias entre iniciativas públicas e privadas e priorizar as infraestruturas que aumentam a produtividade e a diversificação de modo a alavancar a economia", analisa.

Em tempos de crise a margem para tiros no escuro é bem pequena, ou quase nula. Por isso, para atacar estrategicamente o problema, é preciso mapear os gargalos e agir de forma precisa. Em setembro de 2014 o Conselho elaborou um estudo e entregou nas mãos de todos os então candidatos a governador. Com o título "Proposta para um novo Governo", a agenda mostra um mapeamento completo dos principais problemas de infraestrutura em diversas áreas da economia capixaba, assim como propostas de soluções.

Além disso, para o presidente do Conselho será preciso muita articulação política por parte do Governo Estadual que está começando o mandato junto às lideranças federais para evitar que o Espírito Santo seja, novamente, preterido no repasse de verbas e conclusões de obras importantes. De qualquer forma, até para evitar essa situação, é preciso tomar medidas independentes do Go-

verno Federal e buscar melhorias para o estado.

O Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira, que é membro do GT de Infraestrutura concorda, mas recomenda cautela antes de se começar qualquer investimento. "É preciso conhecer primeiro a parte financeira, para depois partir para investimentos pontuais", ressalta.

Para o diretor Administrativo do Crea-ES, Eng. Civil José Antônio Amaral, ser estratégico não é uma questão de escolha para o Espírito Santo, mas de sobrevivência. "Mais do que nunca, o Estado tem que pensar de forma antecipada, fazendo um planejamento longo, com estudos e cronogramas, repensando a indústria, agricultura e aí pensar nos investimentos. Apenas a infraestrutura de forma isolada não serve de nada", avalia.

Para Azevedo, é preciso ter seriedade, bons diagnósticos e planejamento estratégico para a discussão de questões relevantes que vão nortear a atuação do Governo do Estado nos próximos anos. O Espírito Santo é um Estado que, mesmo com os desafios apresentados, tem se destacado no cenário nacional pela habilidade das suas empresas e do trabalho do seu povo para a criação de uma economia renovada.

Energia

Um dos principais problemas para o crescimento da indústria do Espírito Santo, assim como no Brasil, é que a energia produzida é cara. Segundo os últimos estudos divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), divulgados em dezembro de 2014, o país ocupa a oitava colocação entre as mais onerosas do mundo para a indústria, em um ranking com 28 países. O estudo mostra que, somente em 2014, o custo médio de energia elétrica subiu 23%, custando, em

média R$ 403,75 por MWh.

Nesse quesito, aliás, o Espírito Santo está bem acima da média. Cada MWh no Estado custa R$ 481,36. Desses, 30.5% são de tributos, como PIS/Cofins e ICMS. "O custo alto se deve muito pelo fato do Estado importar cerca de 70% da energia que consome", explica Carnielli. Apesar de contar com as linhas de transmissão de energia, partindo de Ouro Preto (MG) à Serra (ES) e de Mesquita à Viana (ES), as linhas não equacionam a necessidade de ampliação da capacidade instalada em pontos de atendimento às distribuidoras do Espírito Santo. "O ideal é que essa energia seja gerada no Estado", afirma Carnielli, através de fontes alternativas.

> "É possível investir nas energias eólica e fotovoltaica e torná-la competitiva. O que falta é vontade política",
>
> Consultor técnico do Crea-ES
> Marcelo Dias Maciel

Some-se a isso a crise hídrica enfrentada pelo país no final de 2014 e no início de 2015 que deve fazer os gastos com energia elétrica aumentar consideravelmente. Tudo por causa do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas em todo sul e sudeste e também pela falta de planejamento dos últimos 20 anos, que permitiu uma dependência nesse modelo de energia, mesmo após passar pela ameaça de apagão. "É possível investir nas energias eólica e fotovoltaica e torná-la competitiva. O que falta é vontade política", afirma o consultor técnico do Crea-ES, Eng. Eletricista, Marcelo Dias Maciel.

Além de incentivar a contínua inserção da energia solar, outras ações também podem ser feitas para melhorar a questão energética no Estado, como incentivar o fortalecimento da capacidade de carga das linhas de distribuição de energia – principalmente no interior –

assegurando o atendimento da demanda das indústrias e produtores rurais; dar prioridade à construção de linha de transmissão entre Baixo Guandu, Linhares e São Mateus, para fortalecer as regiões Norte e Noroeste do Estado; e apoiar estudos e criar incentivos para projetos de geração de energia a partir de fontes alternativas, como a eólica, oceânica e de biomassa.

Para o coordenador do GT de Infraestrutura e Mobilidade Urbana do Crea, Eng. Eletricista, Henrique Zimmer, não basta apenas ofertar energia, mas também haver uma diversificação da matriz energética. "A prioridade deve ser a incorporação das novas fontes renováveis (solar e eólica) optando pela geração distribuída, incentivando as termelétricas à biomassa, por exemplo", explica. Ainda de acordo com ele, outro ponto dos investimentos em infraestrutura energética que deve ser priorizado são os investimentos em transmissão, pois não basta gerar, se não tivermos condições de fazer chegar aos centros de consumo, logo é necessário que se cumpra também esta premissa básica que é a necessidade de transmissão da energia elétrica produzida.

Segundo o secretário de Desenvolvimento José Eduardo Azevedo, o Governo do Estado está trabalhando para modificar a matriz energética do Espírito Santo, investindo na geração de energia renovável. "O Estado já possui o mapeamento eólico, solarimétrico e de biomassa e vem tentando apresentar essas alternativas para o mercado para que haja um aumento na nossa produção, e estimulando a expansão da malha de distribuição de gás no Estado", revela.

Transporte e logística

O quesito transporte também é um gargalo conhecido há décadas. Segundo o Plano CNT de Transporte divulgado em setembro de 2014, o Brasil precisaria investir pelo menos R$ 1 trilhão até 2030 para ajustar a infraestrutura nacional de transportes a níveis mínimos encontrados em países de potência e de dimensões continentais como Rússia, China e Canadá. Nessa conta, entram investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que supram as necessidades de transporte de carga no país, além da participação da iniciativa privada.

A principal forma de transporte, o rodoviário, apresenta problemas. Segundo estudo da Confederação Nacional do Transporte divulgada em outubro do ano passado, 64% das BRs possuem problemas, sendo que das 139, pelo menos 104 foram consideradas regulares ruins ou péssimas. As condições ruins se refletem no custo. Em média, quem transporta cargas por essas rodovias tem gastos 26% maiores, considerando os atrasos na viagem, os gastos com o caminhão e os riscos. Esse custo vai desembocar no preço final dos produtos e no bolso dos consumidores.

A duplicação da BR-262 e interconexões que liguem rodovias estaduais e federais, além da conclusão das obras e melhorias dos eixos transversais e diagonais que interliguem o interior, são medidas vistas como prioridade pelo Crea-ES.

Entretanto, é importante frisar a necessidade de se manter vigilante aos compromissos de duplicação e outras melhorias que a concessionária da BR-101 assumiu junto ao Governo Federal. Hoje, a rodovia já é explorada, apesar de terem sido concluídas apenas obras superficiais. Recuperar estradas rurais e vicinais sem pavimentação também é essencial. "Toda essa necessidade nasce do erro histórico de preferir o modelo rodoviário em detrimento do ferroviário, conhecido por todos, mas que nunca fora corrigido", aponta Carnielli.

A malha ferroviária é outra que precisa urgentemente de melhorias, pois recebeu poucos investimentos nos últimos 24 anos. Em 2012, o Governo Federal planejou fazer 12 ligações ferroviárias, integrando quase todo o país. O custo da obra ficaria em R$ 91 bilhões, porém até 2014 nem 1 km de trilho foi construído.

No ES, a melhoria logística de comércio interno e externo está diretamente ligada a investimentos nas ferrovias. "Hoje a Vale possui o monopólio da malha que corre o Estado e decide o que e qual quantidade pode ser transportada. Isso leva, obviamente, a restrições ao comércio", revela o superintendente do Crea-ES, Eng.º Agrônomo Wolmar Loss. Nesse sentido, o resgate do Projeto Corredor Centro-Leste, é fundamental para melhorar o transporte de cargas do Estado e deve ser visto como uma das prioridades. Assim como estender a Ferrovia Litorânea Sul até Linhares, concluir o processo de licenciamento ambiental e acelerar o leilão de sua concessão.

Apesar dos portos capixabas terem reconhecida importância no cenário nacional, possui instalações portuárias especializadas apenas em commodities, mas não de produtos de alto valor agregado. "Há pelo menos 15 anos, o Estado espera pelo porto de águas profundas e outros investimentos, mas se esses aconteceram, foram apenas pela iniciativa privada", diz Loss.

"Uma das formas (de garantir investimentos) é construir parcerias entre iniciativas públicas e privadas e priorizar as infraestruturas que aumentam a produtividade e a diversificação de modo a alavancar a economia"

José Eduardo Azevedo
Secretário de Desenvolvimento do Estado

Entre as medidas necessárias estão a de articular a ampliação da capacidade de operação de carga geral, granéis líquidos, no Porto de Barra do Riacho, para fazer frente às limitações de recebimentos de navios de médio e grande porte do Porto de Vitória.

Outra demanda bem conhecida por parte dos capixabas é a melhoria do aeroporto de Vitória. A articulação junto à Infraero e um cronograma para a conclusão do aeroporto de Vitória é indispensável. "O Espírito Santo é uma plataforma de comércio exterior e o aeroporto assume um papel fundamental no sentido de fomentar o crescimento de negócios, além de ser uma vocação turística que não pode ser ignorada", lembra Carnielli.

José Eduardo Azevedo defende que a gestão de boa parte da nossa infraestrutura é de responsabilidade do Governo Federal, caso da BR 262 e a construção da Ferrovia 118. "No que diz respeito ao setor portuário, o Estado tem trabalhado na ampliação de algumas ações que dinamizem e intensifiquem a utilização do Porto de Vitória e conta com uma carteira com mais seis projetos portuários privados no nosso litoral", afirma.

O CUSTO DE SER ambientalmente correto

Falta de informações e de mais políticas públicas eficazes voltadas para alternativas sustentáveis tornam o dia a dia da sociedade menos “verde”

Viver em sociedade tem seu custo, principalmente quando o assunto envolve questões que compreendem o presente e o futuro da sociedade e sua relação com o meio ambiente. A sustentabilidade é uma das palavras mais discutidas e ouvidas, principalmente no que se refere à conservação do meio ambiente e ao destino do planeta. A cada ano as estatísticas levantadas por especialistas revelam um planeta comprometido em razão do grande crescimento da indústria e da população.

As ações sustentáveis têm em vista considerar desde os custos atribuídos ao produto que perpassam o começo de sua vida útil até o fim, representada pelo uso de recursos renováveis de maneira que não prejudique a biosfera do planeta. Sem sua prática, o que acontecerá com os infinitos projetos e negócios quando a finita natureza for assolada pelos extensos sistemas de abuso ao meio ambiente? O que está em risco é a incidência de atos inconscientes para um mundo ambientalmente seguro, pelas pessoas, indústria, organizações, que carecem ser repensadas e reinventadas.

A questão é que foi-se o tempo em que fazer compras ou adquirir um imóvel era algo simples. Hoje, consumir implica responsabilidade e ter consciência de que se pode influenciar o mundo como consumidor. Por isso, saber qual o preço dessas opções consideradas ambientalmente e socialmente sustentáveis é fundamental. Muitas vezes, não se trata de falta de consciência ecológica, mas sim dinheiro para arcar com os custos desse novo estilo de vida.

Mas, ser um consumidor responsável sai mais caro? A resposta é curta e simples: sim e não. A escala de produção de um item com os critérios ambientais respeitados costuma ser reduzida, assim, seguindo a tendência da "lei da oferta e da procura", a demanda e a produção são menores, e os preços, maiores.

Consumo consciente e sustentável da água

O Brasil enfrenta agora uma das piores crises hídricas de sua história. Estados do Sudeste, a mais rica e populosa região do país, convivem com a estiagem que já dura meses, o suficiente para reduzir os níveis dos reservatórios. É neste momento de alerta que se reconhece a necessidade do uso consciente dos recursos naturais e o manejo adequado das florestas, bem como a oportunidade de mudar hábitos, abandonar vícios e adotar definitivamente modo de vida e produção mais sustentáveis.

Soa como desafio, principalmente com a carência de informação e a falsa impressão de que ser sustentável custa caro. Mas a necessidade tem feito diversos setores econômicos e a população em geral se moverem em várias direções: entender as leis ambientais, buscar tecnologias para potencializar a produtividade sem degradar o meio ambiente, exercer maior controle dos recursos hídricos e energéticos e adotar meios eficazes para reaproveitá-los.

As corporações, assim como a população, precisam criar condições para a sociedade caminhar na direção da sustentabilidade, buscando inovar com a criação de serviços ambientais. Em países como a Austrália e a Alemanha, a prática de captação de água de chuva é difundida e efetiva em termo de custo e benefício. No Brasil, esse recurso passou a ser uma alternativa para suprir as necessidades da população e ofere-

cer melhores condições de vida nesse momento de escassez hídrica.

Esse tipo de armazenamento não é uma novidade, pois desde a antiguidade a coleta era feita para fins domésticos, agrícola e produção de bebida. Mas, a necessidade de ser uma prática comum, incentiva estudos que possam melhorar a captação e o uso da água coletada. Seu uso possibilita economia com a redução de consumo e custo de água da rede pública, evita a utilização de água potável em que não é necessário seu uso, como na descarga de vasos sanitários, irrigação de jardins, lavagem de pisos, entre outras vantagens e benefícios, como minimizar o efeito de inundação nas ruas.

A captação se destaca por ser uma maneira rápida de se obter um grande volume de água em um período de tempo reduzido. Para consumo próprio, o aproveitamento pode ser a partir de um sistema simples, feito pelo telhado, com calhas que drenam a água para um reservatório na superfície, e que atende desde casas até edificações de grande porte e altas, com adaptações. E ainda, existem as atitudes sustentáveis e econômicas de água de serviço público, que podem ser por captação direta, feita pelos rios ou barramentos, alocados em grandes reservatórios para serem usados em época de escassez e ainda por captação subterrânea, através de poços rasos ou profundos.

Cada captação tem uma finalidade, que direciona o sistema que é mais recomendado. No Estado, empresas de saneamento têm trabalhado para captar água no rio, e na maioria das vezes, em grandes distâncias. É o que ocorre em várias cidades do Espírito Santo, que buscam águas em rios, cada vez mais longes, como é o caso de Conceição da Barra, que passou a captar água no Rio Cricaré, em São Mateus; de Presidente Kennedy, que passou a buscar água a 15 km, no Rio Muqui; e em Guarapari, a mais de 20 km de distância, no Rio Benevente. Estuda-se, no futuro, buscar água no Rio Doce como reforço de abastecimento na Grande Vitória.

Sem desperdício

A sustentabilidade do planeta deve estar presente na educação dos indivíduos diariamente, pois é a forma mais rápida de se colher resultados. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece um consumo de 110 litros de água por pessoa/dia, para consumo e higiene, mas, no Espírito Santo, assim como no país, o consumo varia de 150 a 200 litros de água. As situações cotidianas como gastar menos tempo no banho, escovar os dentes com a torneira fechada, por exemplo, são medidas práticas educativas que surtem efeitos grandiosos.

O uso inadequado da água se estende para as residências. Segundo o especialista em Recursos Hídricos, Eng. Civil Celso Caus, cerca de 65% do gasto doméstico - de consumo interno - estão no banheiro, considerado o grande vilão da casa. Para ter ideia, uma torneira pingando desperdiça até 60 litros por dia, e um filete da torneira aberta joga até 2.000 litros.

O Instituto Akatu, Ong que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o Consumo Consciente, simula que se metade da população de uma cidade de 100 mil habitantes reduzir o tempo do banho diário de ducha de 15 para 5 minutos, a água economizada ao longo de um ano seria suficiente para abastecer as necessidades de água de todos os habitantes dessa cidade por mais de sete meses e meio.

Na construção civil a prática pode estar presente a partir de medidas simples como, nos prédios novos, com uso de medição individualizado, que gera economia; de águas de reuso para fins de lavagem; e até mesmo água de chuva. Os órgãos públicos e entidades de classe em geral poderiam desenvolver projetos padrões e oferecer orientação técnica, elaborar cartilhas, entre outros, para estimular e conscientizar o consumo sustentável. Novas oportunidades de linhas de crédito poderiam ser oferecidas para o agricultor com acesso aos órgãos para uso devido, por exemplo, para quem apresentasse propostas voltadas para a economia de água, da sustentabilidade, de forma geral.

A água na produção rural do Espírito Santo

Ao mesmo tempo em que a água é um dos principais aliados do produtor rural, é também uma das suas maiores preocupações. A razão é simples: o líquido precioso não é um recurso renovável. O déficit hídrico para a agricultura já é uma realidade alarmante em diversos municípios no norte do Estado, segundo a Associação de Irrigantes do Espírito Santo (Assipes).

A escassez de recursos naturais atingiu a qualidade produtiva de lavouras, rebanhos e produtos agroindustriais. E de certo modo, incentivaram o homem do campo a mudar sua postura imediatista e inconsequente de expansão das fronteiras agrícolas e produção de alimento a qualquer custo para ter lucro, para uma visão mais sustentável com o auxílio de Engenheiros Agrônomos, Florestais e demais profissionais da área ambiental.

E para amenizar o problema, o poder público criou a AGERH (Agência Estadual de Recursos Hídricos). Desde o início de 2014, diversas iniciativas foram intensificadas, por exemplo, construção de barragens que garantem reservas durantes estações de seca.

Entre outras medidas do governo, está a atualização do Código Florestal Brasileiro, que tem por maior objetivo a proteção da vegetação. Ele traz a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA); ambos sob orientação dos escritórios do Idaf (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES).

O CAR é o primeiro passo para o diagnóstico ambiental de cada propriedade rural para adequá-la às exigências da nova regra. Para realizá-lo, é necessária, além da documentação exigida, uma planta do imóvel com seu perímetro identificado e delimitado com coordenadas geográficas, principalmente os espaços que devem ser protegidos e recompostos, como as áreas de preservação permanente (APPs) e de Reserva Legal (RLs).

Outra mudança é a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Em todos os imóveis em que houver passivo ambiental identificado pelo cadastro, isto é, área de degradação ambiental, o proprietário terá que assinar um termo de compromisso para a regularização deles, conforme estará previsto no PRA.

Segundo o Engenheiro Agrônomo do Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), Miguel Angelo Aguiar, por muitas décadas, o produtor rural obedeceu a uma política de expansão agrícola, ora se esquecendo do cuidado com o meio ambiente, ora achando que aderir medidas sustentáveis encareceria a produção. “Com o Novo Código Florestal e a adoção de técnicas de produção mais aprimoradas, o agricultor não vê necessidade de utilizar toda a propriedade. É possível produzir mais com pouco, sem agredir a natureza”, explica.

Ser sustentável vai pesar no bolso do produtor?

> "Independentemente do custo, o agricultor precisa ter em mente que a adequação da sua propriedade é exigência da Lei"

Afirma Aguiar e destaca que um problema não resolvido maximiza os gastos e a frustração empreendedora. E quando se trata de recursos naturais, a manutenção é ainda mais importante. Mesmo que gere um custo para recuperar, é melhor fazer de imediato para não chegar num ponto de degradação irreversível, como infertilidade do solo.

O governo tem incentivado o produtor rural abrindo acesso ao Crédito Rural mediante o CAR, um benefício importante para quem atua no setor. "Ele tem que se submeter ao CAR, que uma vez elaborado, se houver passivo, será necessário fazer um plano de recuperação da área devastada (PRA), dentro de 20 anos. Ele pode fazer com recurso próprio ou lançar mão do crédito rural", explica.

Quanto ao custo exato empenhado na adequação, Miguel afirma: "cada doença tem seu remédio". Dependendo das condições da propriedade, do grau de degradação, é um tratamento específico.

Muitos consumidores já estão dispostos a pagar por aquilo que é produzido adequadamente, afirma Miguel Angelo. "Um dos muitos benefícios do cuidado com o solo, no manejo adequado da propriedade rural, é a qualidade do produto, que vai chegar à mesa do consumidor com diferencial, até mesmo no sabor", ressalta.

Manejo Sustentável X Exploração Florestal Tradicional

E não é só o setor agronômico que está despertando para uma visão sustentável. Os produtores florestais também estão buscando novas maneiras de manejo florestal, visando a conservação do recurso para garantir a continuidade do sistema. Segundo a coordenadora do GT de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Crea, Engenheira Florestal Simone Coutinho, esses produtores estão considerando o aspecto social da floresta e as práticas de regeneração, além da biodiversidade para que o manejo sustentável das florestas naturais se mostre passível de ser alcançado. "Através do manejo florestal, obtém-se benefícios econômicos, sociais e ambientais", diz.

Se comparado à exploração tradicional da floresta, os benefícios do manejo florestal são inúmeros e abrangentes. "A administração dos recursos florestais gera rentabilidade acima dos custos, principalmente em função do aumento da produtividade do trabalho e redução de desperdícios", afirma Simone.

Além disso, o manejo garante a cobertura florestal, mantém a diversidade vegetal original e reduz impactos ambientais sobre a fauna. Florestas manejadas também contribuem para o equilíbrio do clima regional e global, principalmente pela manutenção do ciclo hidrológico e pela retenção de carbono. Vale ressaltar que o uso sustentável de um maciço florestal previne acidente de trabalho.

Para Simone Coutinho, uma empresa que busca aumento de receita e participação ampliada no mercado precisa adotar como metas a redução de despesas com energia, matérias, resíduos e água, bens de consumo e papel, bem como a redução do consumo de energia no transporte e passar a investir na economia de energia com substituições, aumentar o engajamento dos funcionários e buscar certificação ambiental.

Ampliação no mercado requer atitudes sustentáveis, investimento e certificação ambiental

> "Quando se trata de reflorestamento é necessário alto investimento inicial sendo que o retorno é de longo prazo"

Afirma Simone. Os impactos nem sempre são convertidos em valores econômicos. Por exemplo, há recursos que não possuem preço no mercado, mas que desempenham papel fundamental no ecossistema florestal.

O custo de ser ambientalmente correto está diretamente relacionado a um mercado altamente exigente não só em custos, mas também em aspectos relacionados à qualidade e ao meio-ambiente, por meio de certificados governamentais e ambientais.

A exigência de certificação da madeira para atingir o mercado internacional de forma efetiva, faz com que as empresas que praticam manejo florestal tenham maior facilidade de acesso aos mercados, especialmente o europeu e o norte-americano. "A certificação nos coloca em um nível melhor de competitividade e valorização no mercado, porém são poucos os incentivos. Uma política florestal voltada para a produção e a conservação não se faz sem certificação e sem incentivos para fomentar o mercado", revela Simone.

Entre algumas certificações estão a FCS - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) e Cerflor. No entanto, as obtenções de certidões governamentais e ambientais são processos complexos e morosos, e suprir todos os quesitos necessários para a legalidade, inviabiliza a obtenção para pequenos e médios produtores.

A certificação gera melhoria radical da produtividade e do uso dos recursos. "As empresas prolongam ao máximo o uso dos recursos naturais, aumentando sua produtividade", conta a engenheira florestal. Além disso, o novo modelo negócio incentiva empresas do segmento a investir em consumo responsável e em capital natural. Isto é, as empresas protegem e restauram os ecossistemas para sustentar as necessidades empresariais e sociais.

Simone destaca também o fato de que empresas certificadas eliminam substâncias químicas artificiais tóxicas de seus processos de produção e, assim, minimizam o uso de recursos e energia, passam a usar sistemas de produção de ciclo fechado e reduzem resíduos e emissões nocivas. E quando os produtos ficam obsoletos, a empresa coleta, recicla ou remanufatura.

Em se tratando de pequena e média escala, há um preço final maior nos produtos de madeira do que a madeira sem certificação. Isto se dilui quando há escala e diferenciação.

Energia solar em abundância no Brasil

A eletricidade se tornou a principal fonte de luz, calor e força no mundo moderno. A falta de água em alguns estados brasileiros gera uma reação em cadeia, atingindo também o setor de energia. O Brasil possui 87% da matriz energética provenientes de hidrelétricas, e o baixo nível dos reservatórios nas usinas do Sudeste com a falta de chuvas para abastecer, compromete a região. Grande parte dos avanços tecnológicos atuais alcançados se deve à energia elétrica, mas a educação quanto ao seu uso e o incentivo à produção de energias alternativas ainda são poucos falados.

Não existem desvantagens do sistema de energia solar se comparado às demais fontes de energia e sim exigências e especificidades de cada sistema de geração de energia, como revela o consultor em Energia Solar, Eng. Eletricista Helio Rezende Ribeiro.

"Não se investe nessa tecnologia devido à falta de incentivo governamental, que tem preferido prio-

rizar grandes investimentos sob a ótica de que a escala torna o investimento mais econômico. Até três anos atrás não era possível implantar um sistema de energia solar oficialmente, pois somente em 2012 foi emitida pela Aneel a portaria 482/12, que estabelece a obrigatoriedade da concessionária de energia elétrica a fazer a ligação desse consumidor com o sistema de energia solar. Este foi o primeiro passo, mas ainda não é o bastante", diz.

Um dos maiores problemas atuais é pensar em tipos de geração de energia limpa. Nesse contexto, as energias solar e eólica aparecem como alternativas economicamente viáveis, aliadas à economia de água na geração de energia elétrica e proteção ao meio ambiente. Alguns países investem pesado nessas energias, como é o caso da China e dos Estados Unidos, que lideram o ranking na geração de energias renováveis.

O Brasil é beneficiado com a energia solar e tem condições favoráveis quanto à geração energética, pela alta incidência de raios solares e pelas reservas de quartzo para produção de silício grau solar, utilizado na fabricação de células solares. Essa atratividade faz do país um bom lugar para investimento solar e com potencial para se consolidar no setor, pois é uma alternativa de baixo impacto ambiental. Em 2013, o levantamento da segunda edição de "O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade" feito por Ongs que acompanham o setor, indicam que o Brasil tem a capacidade solar para atender 10% da sua demanda atual de luz.

O uso de energia solar oferece inúmeros benefícios ambientais, em especial, no que se refere à capacidade de renovação e a redução das emissões de gases de efeito estufa, e ainda benefícios econômicos para aqueles que optam por instalá-los. O aquecimento solar não necessita de combustível, exceto em dias de chuva e nublados, o sistema precisará de um auxílio elétrico e/ou gás; o período de recuperação do investimento em aquecimento solar pode ser muito curto dependendo da quantia de água quente utilizada no projeto; e a energia solar é praticamente gratuita e a economia se estende até quando o sistema estiver ativo, possibilitando retornos econômicos.

O meio ambiente também é beneficiado pelo seu uso, pois o aquecimento solar é uma energia limpa, renovável – diferente de gás, óleo e carvão – e sustentável, auxiliando na proteção do meio ambiente. E ainda, seus sistemas não poluem o ar e, assim, não contribuem, por exemplo, para o aquecimento global, neblina e fumaça, e o sistema acabe aquecendo a água no próprio local onde será usada.

Onde estão os investimentos e incentivos?

No mundo, surgiram diversas ideias sustentáveis para a geração de energias. Uma delas menciona o hotel Crown Plaza Hotel, em Copenhague, na Dinamarca, que oferece refeições sem custo, mas em troca a pessoa deve estar disposta a gerar eletricidade, proveniente de um sistema de bicicletas a um gerador de eletricidade, em que ao pedalar, acaba-se gerando eletricidade para o hotel.

No país, e também no Estado, especialistas mostram sistemas para quem quer economizar, como é o caso dos painéis solares, responsáveis em transformar a energia do sol em calor para esquentar a água do chuveiro. Mesmo que não gerem energia elétrica, contribuem para a redução no uso de um dos maiores responsáveis pelo consumo de energia elétrica em uma casa, responsável por 20% a 30% da energia.

De acordo com o consultor, a legislação sobre sistemas de energia e a aplicação de impostos decorrentes de seu uso no Brasil é federal, logo, as re-

gras são similares as dos outros estados, sendo que pela legislação atual, é incidido sobre qualquer faturamento de geração de energia (inclusive solar) os impostos ICMS (Imposto Estadual), PIS e Cofins (Impostos Federais).

"Se um consumidor de pequeno porte, que tenha um sistema de geração de energia solar integrado com a concessionária elétrica local, apresentar em um determinado período um excesso de geração, que venha injetar sua geração líquida na rede da concessionária, serão cobrados os impostos citados acima. Isso exemplifica bem que não existe incentivo para energia solar, isso se ficarmos apenas no campo dos impostos sem falar de facilidades para importar equipamentos com preços justos e competitivos", destaca.

O custo da energia solar no Brasil ainda é um impeditivo da popularização desta fonte de energia limpa, como pondera Hélio Rezende Ribeiro. "O custo da energia solar para consumidor de pequeno porte (Microgeração Distribuída) ainda é impeditivo, pois o tempo de retorno do investimento é de cerca de oito anos. Em média, temos que investir R$ 10 mil para cada 100 Kwh/mês a serem gerados na planta de energia solar", diz.

Além disso, faltam iniciativas para o pequeno investidor e para a produção nacional de placas de energia solar e inversores, equipamentos necessários para a instalação e de custo elevado. Hélio pondera que em alguns países da Europa, como na Alemanha, onde as condições climáticas são desfavoráveis para esse tipo de tecnologia, nos últimos dez anos, uma política permanente de incentivo federal para energia solar contribuiu para que 60% da oferta de energia no país fosse proveniente da geração solar.

"No nosso país, há cerca de 20 anos, não possuíamos tecnologia para geração eólica (através do vento), hoje, já é possível a implantação de energia eólica a um custo de geração menor que a energia hidráulica (tradicionalmente a mais desenvolvida e a mais econômica). Ou seja, a iniciativa brasileira é capaz de superar estes desafios, basta apenas que sejam criadas a condições para que ela se desenvolva", declara.

Falta de liderança atrapalha o desenvolvimento sustentável

Em torno das atividades agrícolas, para o Eng. Agrônomo, Miguel Angelo Aguiar, o assunto passou a ser mais abordado agora, com os notáveis prejuízos provenientes do mau uso dos recursos naturais. "A população e os profissionais estão sendo mais conscientes, mas ainda assim, não chegamos num patamar satisfatório em termos de sustentabilidade", afirma Miguel, destacando a importância de um trabalho de orientação, educação para auxiliar no processo da conscientização.

Estamos caminhando bem devagar quando se trata de sustentabilidade, afirma Simone Coutinho, tanto no País como em nosso Estado. "A única razão para a demora é a falta de liderança", afirma e acrescenta um provérbio Navajo que diz "Não se pode acordar uma pessoa que finge estar dormindo". Algumas vezes as empresas justificam sua inação no combate aos impactos sociais e ambientais escondendo-se atrás de um pensamento de que a sustentabilidade é uma questão abstrata e futura. Sua mentalidade em relação a iniciativas ambientais possui raízes históricas em questões de cumprimento legal e não se fundamenta em melhorias de produtividade ou novos fluxos de receita.

É preciso mais projetos e incentivos para estimular alternativas sustentáveis e usufruir da energia com consciência. "Alertamos que um custo ambiental não visível que deveríamos tratar como prioridade é o alto custo do desperdício de energia elétrica, ou seja, gasta-se muita energia limpa desnecessariamente em processos produtivos industriais e comerciais na maioria das vezes por desconhecimento ou dimensionamento ineficaz. Precisamos ter a energia sempre sob medida para que as futuras gerações possam usufruir de forma limpa e sustentável", afirma.

A preliminar básica é o combate do exercício ilegal da profissão

Duas mulheres à frente da nova Câmara de Engenharia Química, Geologia e Minas

Uma nova câmara especializada passou a funcionar em 2015 vinculada ao Crea-ES e vai abranger os setores da Engenharia Química, Geologia e Minas. Essas áreas pertenciam a outra câmara, na qual também estavam as Engenharias Mecânica e Metalúrgica. Com a separação, o Crea proporcionou maior agilidade nos processos administrativos e maior atenção para que os profissionais e as empresas se informem, tirem dúvidas e resolvam pendências no exercício de suas profissões e atividades. A nova câmara também vai trabalhar na divulgação e esclarecimentos sobre as profissões representadas.

"Esta é a primeira vez que temos esta Câmara no estado e quem responde pela coordenação e pela coordenação adjunta são mulheres", afirma a Eng. Química, Simone Baía Pereira Gomes, coordenadora da Câmara. Também faz parte do grupo, a Eng. de Minas, Adriana Martins Di Spirito Rocha, que participa como coordenadora adjunta, além de conselheiros e suplentes e uma equipe de apoio técnico-operacional.

"Neste momento inicial precisamos estruturar a câmara para termos um bom andamento. Ou seja, temos de estudar, discutir e propor a implementação de providências, voltadas para a uniformização de procedimentos que visem a uniformidade de ação no Estado", explica a coordenadora.

Apesar de os trabalhos da nova Câmara Especializada de Engenharia Química, Geologia e Minas terem começado há poucos meses, a equipe já possui objetivos definidos e uma agenda das reuniões. "A preliminar básica, acima de tudo, é o combate ao exercício ilegal da profissão de engenheiros com sua modalidade afim pela não exorbitância das categorias", afirmou Adriana.

Simone Baía é a nova coordenadora da Câmara

Estrutura da Câmara:

Conselheira coordenadora
Simone Baía Pereira Gomes

Conselheira coordenadora Adjunta
Adriana Martins Di Spirito

Conselheira
Uara Sarmenchi Cabral

Conselheiro
Marco Antônio Sartori

A primeira reunião aconteceu simultaneamente com o Encontro de Lideranças do Sistema Confea/Crea, realizado anualmente em Brasília e que aconteceu em fevereiro, quando representantes e coordenadores das câmaras comparecem para repassar informações da situação dos conselhos regionais. Neste encontro, também foram definidas as datas das próximas reuniões ordinárias que devem ser realizadas até o fim do ano.

Segundo a coordenadora, um dos objetivos da nova câmara é a divulgação e esclarecimentos sobre as profissões representadas. "O que se observa é que existe grande dificuldade das empresas, dos profissionais e da sociedade em geral no entendimento da natureza das atividades básicas desenvolvidas pelas modalidades da câmara, o que gera, inclusive, equívocos quanto ao correto registro nos Conselhos de Fiscalização. Estas distorções vêm causando prejuízo aos profissionais e empresas regulares no Sistema Confea/Crea, assim como geram risco à sociedade", alerta.

Fique de olho

A segunda reunião da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Química será nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2015, em Manaus. Já a terceira reunião será nos dias 7, 8 e 9 de outubro, em Florianópolis.

O workshop de Engenharia Química do ano será nos dias 30 e 31 de julho em Maceió e terá como tema "Conflitos e ameaças por outros conselhos de fiscalização para a modalidade Engenharia Química".

A coordenação nacional das câmaras de Engenharia Química vai divulgar, nos próximos meses, um novo manual de fiscalização que já está pronto e será publicado pelo Confea.

A segunda reunião da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Geologia e Engenharia de Minas (CCEGM) aconteceu entre 22 e 24 de abril de 2015, em Florianópolis. Já a terceira acontece de 12 a 14 de agosto, em Curitiba.

O workshop de Geologia e Engenharia de Minas será em 29 e 30 de outubro em Belo Horizonte.

SEGURANÇA DO TRABALHO

Ação busca alertar e conscientizar quanto à atuação dos profissionais juntos aos órgãos públicos e privados e a sociedade civil organizada

Crea e agentes atentos à fiscalização em obras e instituições de ensino

Para orientar e qualificar os engenheiros do setor, a Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho (CEEST) do Crea-ES promove debates, eventos, treinamentos e cursos. Entre as atuais propostas, está o empenho em fiscalizar a segurança dos profissionais na construção civil e nas instituições de ensino. Os temas ganham destaque na sociedade civil organizada e entre os profissionais, principalmente, diante das novas realidades e pelas discussões cada vez mais presentes entre os setores acadêmicos, governamentais e empresariais.

Na segurança, a Câmara tem buscado informar e capacitar os profissionais da área, para que atuem em conformidade com os regimentos e preceitos do Conselho, além de firmar parceria com entidades públicas e privadas, como a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/ES).

No ano passado, oito profissionais foram treinados como fiscais, e hoje atuam na Grande Vitória, averiguando as construções, com base na NR-18 – PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), norma que busca garantir, através de ações preventivas, a integridade física das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na realização de uma obra ou serviço, e criar um sistema de gestão em segurança do trabalho nos serviços relacionados à construção.

Os fiscais do Crea-ES foram treinados para atuarem seguindo a NR-18 – PCMAT

A iniciativa é um projeto piloto do Crea-ES e tem como proposta ampliar o quadro de profissionais agentes fiscais treinados para agir em todo o Estado.

Além de atuar no ramo da prevenção de riscos à saúde e à vida do trabalhador, a CEEST também desenvolve um trabalho de fiscalização nas instituições de ensino. Nelas, a Câmara orienta quanto aos programas de curso superior e pós-graduação para que não permitam que profissionais de outras áreas, que não seja da engenharia, façam as especializações. O mesmo é válido para estudantes do último ano de engenharia que buscam ingressos nesses cursos. Quanto aos profissionais tecnólogos, fica proibido o ingresso em curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, pois não existe previsão do exercício da especialidade por tecnólogo.

As orientações têm fundamento na PL-0458/2014 sobre os cursos de pós-graduação 'lato sensu' para informação a todos os Creas, que partiu de uma necessidade de conscientizar as instituições, segundo o consultor da CEEST, engenheiro civil e segurança do trabalho, Luis Fernando Fiorotti. "Hoje temos normas e procedimentos que estabelecem como atuar na área de Segurança do Trabalho. As empresas têm cooperado com isso e poderão cooperar ainda mais se cumprirem o que determinam as normas regulamentadoras", diz.

O trabalho de fiscalização é uma das ações de mais valia da CEEST, pois contribui para um ambiente seguro aos profissionais. Segundo Fiorotti, a prevenção de acidentes é a causa maior, e alia proteger o cidadão contra eventualidades, que muitas vezes acabam sendo fatais, a partir de medidas que podem ser aplicadas no dia a dia.

Projeto de lei propõe normas para laudo de inspeção predial

Legislação está em discussão na CEEC e é voltada para edificações e equipamentos de Vitória, Vila Velha e Serra

Todas as edificações e equipamentos de Vitória, Vila Velha e Serra deverão sofrer vistorias técnicas, registradas em Laudo de Inspeção Predial. É o que propõe o Projeto de Lei do vereador Sérgio Augusto de Magalhães e Souza, o Serjão (PSB), e que está em discussão na Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC) do Crea-ES. A pauta é parte de uma série de ações que têm por objetivo ampliar a fiscalização e assim reduzir a ocorrência de tragédias, como a queda de marquises e desmoronamento de edificações provocadas por reformas mal planejadas, entre outras.

As regras de fiscalização do projeto abrangem edifícios multifamiliar, comerciais, de serviços, industriais, institucionais e especiais; escolas, igrejas, auditórios, teatros, cinemas e locais para eventos e espetáculos; shoppings centers; sistema de condicionamento de ar; edificações integrantes do patrimônio do município; edificações integrantes do patrimônio histórico e monumentos; viadutos, túneis, passarelas, pontes, passagens subterrâneas e outras obras de arte especiais; estações de transbordos; equipamentos e mobiliários urbanos, que serão classificadas em: edificações com a ocupação regular (Habite-se e Certidão Detalhada) e edificações com ocupação irregular (as que não possuem Habite-se e Certidão Detalhada).

Segundo o texto, a inspeção predial deve ser realizada de forma sistêmica, abordando os seguintes sistemas construtivos: estrutural, vedação, impermeabilização, instalações hidráulicas em geral, instalações de gás, instalações elétricas,

O Projeto de Lei prevê a inspeção predial realizada de forma sistêmica

revestimentos externos em geral, esquadrias, revestimentos internos, elevadores, climatização, exaustão mecânica, coberturas, telhados, combate a incêndio e Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

De acordo com a minuta do Projeto de Lei, estão dispensadas da fiscalização todas as edificações isentas do cumprimento das normas técnicas de exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espirito Santo. As demais edificações deverão obter laudo de Inspeção Predial em até cinco anos após a concessão do Habite-se. Já os empreendimentos que possuírem o Habite-se emitido há mais de cinco anos, terão o prazo de um ano para se adequarem.

Para o coordenador da CEEC, o Eng. Civil Juliano Curto de Barros, as ações em prol da ampliação da fiscalização cria segurança para a sociedade. "Estamos discutindo esta minuta na Câmara para dar nossa contribuição ao texto e embasamento técnico, a fim de ter uma lei que atenda efetivamente as necessidades da população", explica.

Além do Laudo de Inspeção Predial, durante o ano de 2015, a CEEC também fará a reanálise da Revisão do Ato nº 015/2004 do Crea-ES, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidade e dá outras providências; Reanálise da Norma de Fiscalização nº 02/2014, que dispõe sobe o registro de empresas em geral e de empresas subcontratadas na construção civil; Reanálise da Norma de Fiscalização n°001/2013, que regulamenta serviços de fechamento de varanda e sacadas e redes de proteção contra quedas e elaboração da norma de fiscalização conjunta CEEC e Câmara Elétrica a respeito da atuação do Engenheiro Civil em Instalações Elétricas Prediais.

Resolução da Aneel propõe que concessionárias realizem serviços de engenharia

Medida promete ampliar serviço das concessionárias e restringir atuação dos profissionais da área da Engenharia Elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou uma Resolução que permite às concessionárias de distribuição de energia elétrica realizar serviços de engenharia, como obras em estabelecimentos residenciais, comerciais e industriais.

A medida está em discussão na Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (CEEE) do Crea-ES e tem encontrado rejeição entre diversas entidades como Procon, Associação de Consumidores, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (FISENGE).

Segundo a Resolução 581/2013, além dos serviços de concessão, as distribuidoras poderão oferecer e prestar atividades acessórias como elaboração de projeto, construção, expansão, operação, manutenção ou reforma de subestações de energia elétrica; instalações elétricas internas de unidades consumidoras; bancos de capacitores e geradores, incluindo-se unidades de microgeração e minigeração distribuída.

Para o coordenador da CEEE-Crea-ES, Eng. Eletricista Henrique Zimmer, além de não estar no portfólio das distribuidoras, a referida resolução restringirá a atuação dos profissionais da área da Engenharia Elétrica. "O que está sendo proposto nos instrumentos citados, nada mais é do que o estabelecimento de um monopólio privado de serviços acessórios de energia elétrica, em frontal desrespeito aos princípios que regem o funcionamento da ANEEL", alerta.

Pela defesa da Engenharia Elétrica Nacional, dos profissionais e das empresas que geram emprego e renda na prestação desses serviços, que a ANEEL não seja portadora da criação de um mercado privado para empresas concessionárias de serviço público de geração, transmissão e distribuição e agora também prestadoras de serviços acessórios, como almeja a citada resolução, explica Zimmer.

Depois de um longo período de audiências públicas e contribuições, o processo foi encaminhado para deliberação na Diretoria da ANEEL e sua posterior publicação, em data indefinida.

Outra ação da ANEEL que tem preocupado os profissionais da área da Engenharia Elétrica e ameaça o mercado de trabalho, caso a Resolução 581/2013 seja aprovada nos termos propostos, é a municipalização da iluminação pública, que entrou em vigor neste ano e proporcionará uma possibilidade de ampliação de mercado de trabalho para os profissionais da Engenharia Elétrica e para as empresas.

De acordo com informações da ANEEL, a transferência da iluminação pública das concessionárias para os municípios, compreende o projeto, implantação, expansão, instalação, manutenção e consumo de energia.

Desde 1º de janeiro as concessionárias não atendem mais às solicitações de instalação, reparo e manutenção de lâmpadas acesas durante o dia ou apagadas à noite, luminárias danificadas e postes exclusivos de iluminação públicos tombados ou danificados. Os serviços só estão sendo mantidos pelas distribuidoras nos casos em que às prefeituras que entraram com processo na Justiça, questionando à resolução.

De acordo com Henrique Zimmer, grande parte das prefeituras do país e por consequência do Estado, não está preparada para execução desses serviços.

"É necessário que as prefeituras tenham em seus quadros profissionais habilitados, segundo a Legislação vigente para o exercício profissional nas áreas tecnológicas e que nós, da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica do Crea-ES, construamos e/ou aperfeiçoemos "urgentemente" normativos para padronizar a fiscalização dessas atividades. Vamos trabalhar para promover e incentivar esta capacitação, por meio das nossas entidades registradas, mas a tarefa do Crea é unicamente de 'fiscalização'", conclui.

Pela nova resolução da ANEEL as concessionárias de energia podem fazer serviços complementares aos já prestados

Contaminação por agrotóxicos começa por falta de assistência técnica

Pequenos produtores rurais são os mais afetados, porque são desassistidos tecnicamente

A má utilização de agrotóxicos transforma defensivos agrícolas em veneno. E é isso que vem acontecendo no Espírito Santo. Pequenos produtores rurais, que representam 90% das propriedades capixabas, não recebem a assistência técnica necessária para garantir sua saúde ocupacional e a segurança alimentar de sua produção. Segundo a Câmara Especializada de Agronomia (Ceagro) do Crea-ES, faltam profissionais de Agronomia nos órgãos públicos, que fazem o atendimento ao pequeno produtor.

"O pequeno produtor rural é desassistido e não tem condições de arcar com assistência técnica. As médias e grandes propriedades possuem Engenheiro Agrônomo para orientar e acompanhar a aplicação, o que não acontece com os pequenos. Sem assistência técnica e necessitando produzir, o agricultor não usa as boas práticas agrícolas e recorre a práticas defasadas, não utiliza ou usa de forma inadequada os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e faz uso de produtos inapropriados, muitas vezes até ilegais", explica o gerente de Fiscalização do Crea-ES, Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira.

De acordo com o gerente de fiscalização, o Conselho não está de olhos fechados para o problema. Desde a década de 80 se discute o assunto, sendo intensificado em 2012, e se propõe ações mais efetivas para o controle da utilização de agrotóxicos. Uma delas é o receituário agronômico online, que em tempo real permitiria o total controle de tipos de agrotóxicos utilizados nas plantações capixabas, quantidades, culturas e coordenadas geográficas, por exemplo.

As informações são fundamentais para acompanhamento e rastreamento da qualidade dos alimentos produzidos, assim como ajudarão em políticas de saúde voltadas a doenças originadas por resíduos de defensivos agrícolas.

O Crea-ES fechou parcerias com o Idaf (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES) e Ministério Público do ES, mas os trabalhos estão paralisados por falta de retorno das entidades.

ALERTA

A falta de um sistema integrado de atuação e fiscalização faz com que cidadãos consumam alimentos com superdosagem de agrotóxicos, alerta o Crea-ES.

"Só depois de meses que o cidadão comprar e consumir com sua família um quilo de tomate, por exemplo, é que as autoridades poderão fazer uma análise mais detalhada dos agrotóxicos que foram utilizados no cultivo do produto. Muitas vezes pode ser tarde demais", diz o presidente do Crea-ES, Eng. Agrônomo Helder Carnielli, defendendo o receituário agronômico.

ENGENHARIA INDUSTRIAL

Crea leva propostas ao 4º Encontro de Líderes Representantes do Confea

Propostas visam melhorias e valorização de engenheiros

O engenheiro mecânico e coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Industrial (CEEI) do Crea-ES, Oswaldo Paiva Almeida Filho, foi eleito, durante o 4º Encontro de Líderes Representantes do Sistema Confea Crea e Mútua, coordenador nacional das Câmaras Especializadas de Engenharia Industrial. O evento aconteceu no dia 26 de fevereiro, em Brasília.

A Câmara tem o papel de julgar e decidir sobre assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética. Entre as atribuições da CEEI, estão julgar os casos de infração presentes na Lei e no Código de Ética, aplicar suas penalidades e multas previstas, apreciar e julgar os pedidos de registros dos profissionais, firmas, entidades de direito público, classe, escolas ou faculdades, e buscar dialogar sobre assuntos da categoria.

"Temos muito trabalho a realizar para atender e proteger a sociedade neste ano, afirmando o nosso princípio como integrantes do Sistema Confea/Crea, em participar do desenvolvimento da sociedade, orientando e fiscalizando o cumprimento da legislação e da ética nas atividades de Engenharia, Agronomia e áreas afins", afirma Paiva

Oswaldo relacionou 15 propostas elaboradas pelos Conselheiros Regionais presentes, visando a excelência nos serviços prestados pelos profissionais da Engenharia e áreas afins, visando valorizar o profissional e intensificar a fiscalização e a importância da habilitação para o exercício da profissão na proteção da sociedade. Parte dos temas devem ser analisados com recomendação de proposição pela CEEI do Crea-ES.

O Eng. Mecânico Oswaldo Paiva vai propor ao CEEI capixaba, projeto de adequação das grades curriculares dos cursos de graduação existentes no ES na área da Engenharia Industrial, à Resolução CNE/CES n°11, de 11 de março de 2002.

Oswaldo Paiva vai propor ao CEEI capixaba projeto de adequação das grades curriculares dos cursos existentes no ES na área.

Confira as propostas

1. Reconhecimento pelo Detran e Inmetro que os profissionais autônomos possam ser responsáveis pelos laudos e certificações, quanto à manutenção, inspeção, reparação e alteração de características veiculares.
2. Readequação da proposta da NR-13, relativo à habilitação do profissional de Caldeiras e Vasos de Pressão relativa à manutenção e inspeção junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
3. Estabelecimento da necessidade de responsável técnico brasileiro para projetos e fabricação estrangeira de estruturas e de equipamentos.
4. Estabelecimento de responsabilidade técnica na Engenharia Mecânica e Engenharia Naval.
5. Definição na obrigatoriedade de manutenção periódica de máquinas de elevação e transporte.
6. Atribuição profissional para atividade de projeto, fabricação e montagem de estruturas metálicas.
7. Estabelecimento de engenheiro mecânico como responsável técnico nas instalações e inspeções de GNV (gás natural veicular).
8. Estabelecimento de engenheiro mecânico como responsável técnico nas atividades de logística reversa.
9. Compatibilização das legislações do MEI (micro empresário individual) com a Lei 5194/66.
10. Sombreamento das atividades do Confea e demais conselhos
11. Avaliação/Fiscalização de instalações e acessibilidade em locais de eventos.
12. Revisão do Manual de Fiscalização Nacional.
13. Inclusão de especialistas brasileiros como representantes junto à Comissão de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia para o Mercosul, CIAM.
14. Atualização profissional dos conselheiros da Câmara de Engenharia Industrial, por meio da participação do Congresso Internacional e Exposição da Engenharia Mecânica da ASME.
15. Elaboração do Calendário de Reuniões Permanentes para atividades conjuntas das coordenadorias das câmaras especializadas.

Empresas e profissionais envolvidos em corrupção devem ser punidos

Crea-ES está se mobilizando em uma campanha nacional contra a corrupção

A declaração é do presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), Eng. Agrônomo Helder Carnielli, quando indagado sobre a participação de profissionais da área tecnológica em processos que claramente envolvem corrupção.

O Crea capixaba organiza uma campanha, que será lançada em nível nacional, em que repudia atividades corruptas por profissionais ou empresas de engenharia.

De acordo com Carnielli, na maioria das vezes contratos passam por supervisão de profissionais da área tecnológica que os avalizam, por isso sugere que o preenchimento de cargos de profissionais das engenharias seja feito mediante concurso público em todos os órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e de economia mista.

"Cerca de 70% do PIB brasileiro passa pela área de competência dos profissionais do Sistema Confea/Crea e um ambiente contaminado pela corrupção traz graves prejuízos à classe profissional e à sociedade brasileira e capixaba, na medida em que suga os recursos públicos, promove o enriquecimento ilícito, amplifica as desigualdades de renda e desfavorece a competição, introduzindo fortes distorções de preços de produtos e de serviços no mercado, criando sérias dificuldades e enormes barreiras ao desenvolvimento Nacional", afirma Carnielli.

Campanha

Através de manifesto, o Crea capixaba se posicionou por seu Colegiado de Conselheiros defendendo uma rigorosa apuração e aprofundamento das investigações das responsabilidades dos investigados nos inquéritos judicialmente autorizados.

Para o Crea, a Lei Anticorrupção (Lei 12.846, de 2013), que pune as empresas corruptoras, deve ser imediatamente regulamentada e alcançar corruptos e corruptores, tanto nas empresas como nas instituições públicas.

"Gestores privados, agentes políticos, empregados e funcionários públicos, comprovadamente envolvidos, devem ser exemplarmente punidos, com perda de mandatos e cassação de direitos políticos para os membros do executivo e do legislativo. As empresas devem ser declaradas inidôneas e penalizadas com a proibição permanente de celebrar novos contratos de obras e serviços com a administração pública", afirma o presidente do Crea, Carnielli.

Engenheiro como carreira de estado

Foi aprovado, em 2014, o projeto de lei nº13/2013 que garante aos engenheiros, agrônomos e arquitetos terem seus cargos considerados como carreira de Estado. O PL aguarda apenas sanção da presidente da república para se tornar realidade.

Para o Crea, essa aprovação, além do cumprimento do salário mínimo profissional nos órgãos públicos e suas instituições da administração indireta e o preenchimento de cargos de engenheiros mediante concursos públicos, em todos os órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e de economia mista, colaborariam para o fim ou diminuição da corrupção.

CREA-ES CONTRA A CORRUPÇÃO, EM DEFESA DA SOCIEDADE

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo, por seu Colegiado de Conselheiros, reunidos em Vitória-ES na data de 10/03/2015, em vista dos fatos que vêm a público com a quebra parcial do sigilo da operação lava-jato, defende a rigorosa apuração e aprofundamento das investigações das responsabilidades dos investigados nos inquéritos judicialmente autorizados, com a exemplar punição dos culpados, sejam corruptos ou corruptores.

O Conselho tem o dever de informar à sociedade que consta em seus registros mais de 6.000 empresas e cerca de 32.000 profissionais, todos com expressiva folha de serviços prestados ao Espírito Santo e ao País, fundados na competência, no respeito aos princípios éticos na conduta idônea na relação com clientes e com os cidadãos, cujos nomes não podem ser maculados pela tinta da corrupção a que um grupo de grandes empresas, gestores públicos e políticos engendraram junto à Petrobras e outras organizações públicas.

A Lei Anticorrupção (Lei 12.846, de 2013), que pune as empresas corruptoras, deve ser imediatamente regulamentada e alcançar corruptos e corruptores, tanto nas empresas como nas instituições públicas. Gestores privados, agentes políticos, empregados e funcionários públicos, comprovadamente envolvidos, devem ser exemplarmente punidos, com perda de mandatos e cassação de direitos políticos para os membros do executivo e do legislativo. As empresas devem ser declaradas inidôneas e penalizadas com a proibição permanente de celebrar novos contratos de obras e serviços com a administração pública.

Importante destacar que o Crea-ES defende a observância do devido processo legal na condução dos inquéritos que venham a ser instaurados e, no caso de envolvimento de profissionais da área tecnológica, que sejam aplicadas, com rigor, as penalidades previstas no art. 71 da Lei 5.194/66. Comprovando-se a participação direta e delituosa na corrupção, o profissional deve ser punido com o cancelamento definitivo de seu registro profissional.

A jovem Democracia Brasileira, sacudida pelo vulto das cifras divulgadas nos depoimentos dos delatores da operação lava jato, clama por justiça, na certeza de que a apuração dos ilícitos e a consequente condenação dos culpados será passo decisivo para extirpar de vez a impunidade neste país, renovando, para todos, a esperança de um futuro melhor para nós, nossos filhos e netos.

Vitória, 10 de março de 2015

Helder Carnielli
Presidente do Crea-ES

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Propriedades rurais: presença de engenheiro agrônomo deve ser obrigatória

Eng. Agrônomo José Roberto Silva Hernandes

Conselheiro e Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia do Crea-ES

A agricultura - do pequeno, médio ou grande produtor - está presente em grande parte dos municípios capixabas, respondendo por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Temos como nosso principal produto o café, com elevados índices de produtividade e qualidade. Nos destacamos ainda pela forte olericultura, fruticultura e pecuária. Somos privilegiados por sermos um estado pequeno em dimensões, mas com grande vocação agrícola.

O setor agropecuário capixaba pode se fortalecer e crescer ainda mais com a presença de profissionais habilitados trabalhando junto aos produtores rurais. A presença desses profissionais nas propriedades rurais daria o suporte adequado aos produtores, para que os mesmos possam produzir mais e melhor, respeitando as legislações vigentes, os preceitos do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar.

A presença desses profissionais nas propriedades rurais é tema prioritário nas discussões da Câmara Especializada de Agronomia do Crea-ES, que trabalha na elaboração de Norma de Fiscalização de Propriedades Rurais, que exigirá a responsabilidade técnica de profissional habilitado para a exploração das atividades agropecuárias e florestais.

Os profissionais serão responsáveis por toda a cadeia produtiva da propriedade, atuando nas adequações ambientais previstas no CAR (Cadastro Ambiental Rural), no uso racional dos recursos hídricos, na conservação de solos, etc. Em se tratando do uso dos recursos hídricos, o Crea-ES firmou convênio, já vigente, junto a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), a fim de estabelecer ações voltadas para a adoção de procedimentos que aumentem a eficiência da fiscalização profissional nas atividades que utilizam recursos hídricos, com vistas a dotar de maior confiabilidade as informações dos serviços técnicos prestados.

A fiscalização de propriedades rurais já é prevista nas Leis 5.194/66 e 6466/77, que permitem ao Conselho fiscalizar a presença de responsáveis técnicos habilitados frente às atividades agropecuárias.

Após elaborada a Norma de Fiscalização, o Crea-ES trabalhará na orientação dos proprietários rurais, a fim de conscientizá-los de que a presença do responsável técnico não é despesa e sim investimento, pois boa parte dos problemas existentes nas propriedades são em função da carência da assistência técnica.

Considerando que nosso estado é contemplado com cursos superiores e técnicos que formam profissionais da Agronomia, Engenharia Florestal e Técnicos Agrícolas, não será problema para os proprietários rurais encontrarem bons profissionais para os assessorarem!

CREA EM NÚMEROS

TABELA DE SERVIÇOS

ITEM	SERVIÇOS	
I	**PESSOA JURIDICA**	
A	Registro principal (matriz) ou registro secundário (filial, sucursal, etc.)	R$ 202,71
B	Visto de registro	R$ 101,06
C	Emissão de certidão de registro e quitação de pessoa jurídica	R$ 41,62
D	Emissão de certidão de quaisquer outros documentos e anotações	R$ 41,62
E	Requerimento de registro de obra intelectual	R$ 253,24
II	**PESSOA FÍSICA**	
A	Registro profissional	R$ 65,98
B	Visto de registro	R$ 41,62
C	Expedição de carteira de identidade profissional	R$ 41,62
D	Expedição de 2ª via ou substituição de carteira de identidade profissional	R$ 41,62
E	Emissão de certidão de registro ou quitação de pessoa física	R$ 41,62
F	Emissão de certidão até 20 ARTs	R$ 41,62
G	Emissão de certidão acima de 20 ARTs	R$ 84,41
H	Emissão de CAT sem registro de atestado até 20 ARTs	R$ 41,62
I	Emissão de CAT sem registro de atestado acima de 20 ARTs	R$ 84,41
J	Emissão de CAT com registro de atestado	R$ 68,36
K	Emissão de certidão de quaisquer outros documentos e anotações	R$ 41,62
L	Análise de requerimento de regularização de obra ou serviço ou incorporação de atividade concluída no país ou no exterior ao acervo técnico por contrato	R$ 253,24
M	Requerimento de registro de obra intelectual	R$ 253,24

VALORES DE ANUIDADE DE EMPRESAS

FAIXA		VENCIMENTO APÓS 31/03
1	Até R$ 50.000,00	R$ 416,12
2	De R$ 50.000,01 até R$ 200.000,00	R$ 832,24
3	R$ 200.000,01 até R$ 500.000,00	R$ 1.248,36
4	R$ 500.000,01 até R$ 1.000.000,00	R$ 1.664,47
5	R$ 1.000.000,01 até R$ 2.000.000,00	R$ 2.080,60
6	R$ 2.000.000,01 até R$ 10.000.000,00	R$ 2.496,71
7	Acima de R$ 10.000.000,00	R$ 3.328,94

VALORES DE ANUIDADE DE PROFISSIONAIS

GRADUAÇÃO	VENCIMENTO APÓS 31/03
SUPERIOR	R$ 439,96
MÉDIO	R$ 219,98

MULTAS FIXADAS PELO ARTIGO 73 DA LEI 5.194, DE 1966

ALÍNEA	VALOR (R$)
A	R$ 536,62
B	R$ 1.073,23
C	R$ 1.788,72
D	R$ 1.788,72
E	R$ x5.366,16

TABELA A / OBRA OU SERVIÇO

FAIXA	CONTRATO (R$)	VALOR(R$)
1	até R$ 8.000,00	R$ 67,68
2	de R$ 8.000,01 até R$ 15.000,00	R$ 118,45
3	acima de R$ 15.000,01	R$ 178,34

TABELA B/ OBRA OU SERVIÇO DE ROTINA

FAIXA	CONTRATO (R$)	VALOR ITEM DA ART
1	até R$ 200,00	R$ 1,31
2	de R$ 200,01 até R$ 300,00	R$ 2,67
3	de R$ 300,01 até R$ 500,00	R$ 3,98
4	de R$ 500,01 até R$ 1.000,00	R$ 6,66
5	de R$ 1.000,01 até R$ 2.000,00	R$ 10,71
6	de R$ 2.000,01 até R$ 3.000,00	R$ 16,05
7	de R$ 3.000,01 até R$ 4.000,00	R$ 21,53
8	acima de R$ 4.000,00	Tabela A

Benevix

Benefícios para toda a vida.

Conheça os benefícios de ser um cliente Benevix.

Descubra tudo que podemos oferecer para você.

Planos a partir de:

R$ 94,03*

* Produto Participativo Estadual, faixa etária de 0 a 18 anos em quarto coletivo. Data base reajuste: **Janeiro/2016**. Verifique tabela disponível para sua entidade de classe em nosso site.

Exclusividade Benevix

Plano coletivo por adesão para profissionais registrados no CREA-ES.

ANS - N.º 35.739-1

ANS - N.º 41.771-8

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Unimed Vitória

VENDAS:

BrasilInsurance
Life Vitória

jordana@lifevitoria.com.br

(27) 99934-1641 / 2122-9591